

**Turismo, Representação da Cultura e Gestão Participativa na Comunidade Indígena
Beija-Flor I no Município de Rio Preto da Eva - Amazonas**

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo¹

Jocilene Gomes da Cruz²

Fausto de Andrade Costa Filho³

Resumo

Destaca-se neste artigo algumas considerações acerca das atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade Indígena Beija-Flor I, a qual é constituída por representantes de vários povos indígenas do Estado do Amazonas, localizada na zona urbana do município de Rio Preto da Eva-AM. Nessa comunidade todas as atividades relacionadas ao turismo são planejadas e executadas pelos próprios indígenas que buscam coletivamente gerir seus projetos em torno de um “ecoturismo indígena”, concebido por estes, como um mecanismo de manutenção dinâmica das culturas que representam, bem como, um meio de viabilizar sua subsistência, em suma, uma atividade que somada às agrícolas e as extrativistas que praticam lhes proporcionam melhorias sociais. O artigo trará uma contextualização sobre o turismo em terras e comunidades indígenas, como são construídos os princípios norteadores das atividades de ecoturismo desenvolvidas na comunidade, a forma como o planejamento participativo e comunitário é empreendido no local, entre outros aspectos envolvidos, especificamente, os relacionados à representação e/ou estruturação da cultura utilizada como atrativo turístico.

Palavras-chave: Turismo. Cultura. Comunidade indígena. Gestão Participativa.

¹ Bacharel em Administração e Turismo, docente da Universidade do Estado do Amazonas / Escola Superior de Artes e Turismo. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Bolsista do Programa RH-Interinstitucional da FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas). cbarroncas@uea.edu.br

² Bacharel em Ciências Sociais, docente da Universidade do Estado do Amazonas / Escola Superior de Artes e Turismo. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). jgcruz@uea.edu.br

³ Líder da Comunidade Indígena Beija-Flor I. faustosatere@yahoo.com.br

Introdução

No contexto atual é cada vez mais constante o desenvolvimento de atividades turísticas em áreas indígenas, muito embora na maioria das vezes estas se dêem a revelia de qualquer planejamento e/ou anuência dos povos indígenas. Como conseqüências mostraram-se problemáticas provocando impactos negativos, especialmente por se verificar que as práticas econômicas e sociais tradicionais passam a ser substituídas por outras atípicas a cultura. Faria (2003) assinala que esses impactos tendem a acontecer onde as atividades não são discutidas, planejadas e executadas pelos próprios povos indígenas, pois, quando há o envolvimento destes é possível torná-la uma importante alternativa de subsistência, podendo ainda, propiciar a promoção da cultura que tende a apresentar-se de forma ativa, “reforçando-se suas ligações com os seus passados, suas histórias, transformando o turismo em algo favorável a eles”.

Em termos gerais pode-se dizer que essa é uma nova compreensão sobre a atividade em questão, percebida como um veículo de reforço aos povos indígenas no processo de revitalização, ou melhor, promoção de suas culturas, uma nova relação tende a ser estabelecida na qual os povos indígenas passam a ser vistos não só como o “outro” a ser visitado e explorado, mas também como indivíduos atuantes no processo de planejamento e execução de uma atividade sustentável. Nessa linha de compreensão, conforme já foi citado, o turismo passa a ser visto como algo que permite aos povos indígenas a busca por seus costumes, tradições e crenças, no próprio ambiente de vivência dos mesmos.

No estado do Amazonas inúmeras atividades de turismo vêm sendo realizadas em contexto indígena, possuindo as mais diversas configurações, ou seja, seguem “critérios” aleatórios, de modo geral estabelecidos por operadoras e/ou hotéis de selva que atuam nas áreas indígenas num sistema de relações assimétrico, no qual os indígenas se configuram como mercadorias e, portanto, gerando mais malefícios que benefícios. Infelizmente, não há um mapeamento preciso que aponte os reais impactos dessas atividades turísticas em terras indígenas. Em termos gerais, os dados disponíveis são informais e imprecisos, ou quase sempre dados por terceiros, ou seja, por pessoas que não representam os sujeitos das localidades onde essas atividades são realizadas. De acordo com dados da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (SEIND), embora não se tenha um diagnóstico

sistematizado sobre as atividades turísticas realizadas em áreas indígenas, dados informais apontam a ocorrência dessa atividade nas 11 subregiões do Estado do Amazonas, caracterizando um panorama com sérios impactos negativos para os povos indígenas, pois estas, quase sempre são realizadas sem os devidos esclarecimentos, por não envolverem as comunidades diretamente no planejamento da atividade, com isso ocasionando pressão sobre o ambiente, invasão e desestruturação da vida cotidiana, levando alguns povos a solicitarem da referida Secretaria apoio para coibir essa atividade em seus territórios.

Cabe observar que atualmente muitos povos indígenas do Estado do Amazonas encontram-se com dificuldades para garantir a subsistência em seus territórios devido a fatores naturais (áreas com solos pobres, águas muito ácidas dificultando a reprodução de peixes) e a outros ocasionados pela invasão de agentes externos (garimpeiros, madeireiros, dentre outros), acarretando graves impactos ambientais.

Nessas localidades o turismo, ou melhor, o ecoturismo, como preferem os indígenas, tende a representar uma importante alternativa de subsistência. O problema está no fato de que, conforme já fora citado, essas atividades turísticas tem se apresentado nas áreas indígenas sem um adequado planejamento participativo, sem gestão comunitária e sem avaliação de processo de modo a identificar e corrigir as fragilidades.

No presente artigo destaca-se as atividades turísticas realizadas na comunidade Beija-Flor I, localizada no município de Rio Preto da Eva-AM. Trata-se de uma experiência peculiar, de base comunitária, pois é realizada pelos próprios indígenas, os quais há cerca de 10 (dez) anos vem implementando ações com o propósito de consolidar a referida atividade, praticada por estes, como uma alternativa de subsistência, e, também de valorização de suas culturas e de si próprios. Ao longo dos anos os membros da comunidade, em ação coletiva, refletiram e (re)criaram mecanismos visando potencializar a atividade, corrigindo os aspectos que se mostraram nevrálgicos e de risco para a vida cotidiana e cultural.

Turismo em terras e comunidades indígenas

Observa-se que diferentes teorias são estruturadas hoje com o intuito de articular um processo de desenvolvimento diferenciado, assim, distintos conceitos surgem visando dar conta de explicitar os vários aspectos concernentes ao mesmo. Em termos gerais, fala-se da

implementação de um novo modelo de desenvolvimento, que preocupa-se em preservar e melhorar o meio ambiente, que valorize o patrimônio histórico e cultural, que propicie o resgate da identidade como forma de valorizar o ser humano. É nesse cenário, que surgem as demandas por um “turismo alternativo” que se apresente em contraponto ao “turismo de massa”. Essa mudança, de acordo com Dias (2003, p.16) reflete uma transformação de valores e hábitos, “encabeçados por pessoas que requerem mais autenticidade no produto turístico que lhe é ofertado”, buscando o contato com ambientes saudáveis revestidos por paisagens naturais, bem como uma maior integração com a comunidade receptora.

Pesquisas realizadas no âmbito do “turismo alternativo” chamam a atenção para o fato de que as preocupações ecológicas fizeram crescer a simpatia em relação aos povos indígenas e as populações tradicionais que se configuram, nesse contexto, como responsáveis pela consolidação de importantes estratégias de conservação da natureza. Tal reconhecimento acarreta uma valorização positiva do modo de vida desses grupos sociais, o que acaba por despertar a vontade de muitos indivíduos, especialmente os que vivem nas cidades, em conhecer e trocar experiências de vida com um povo indígena, com uma comunidade quilombola e/ou seringueira, por exemplo.

Mauro (2007, p.27) destaca importantes observações sobre as atividades turísticas tidas como diferenciadas e/ou alternativas, chamando a atenção para o fato de que “o que faz das populações tradicionais, e mais ainda dos povos indígenas, por si só, um atrativo turístico é justamente a sua diferença, a singularidade que lhes confere uma identidade própria, autêntica e não simulada e estereotipada”. O interesse do turista está muitas vezes, no que há de singular, naquilo que ainda não sofreu grandes transformações culturais no contato com o mundo não-indígena. Para o autor citado trata-se de uma percepção fortemente romantizada do que os indígenas representam de fato, o que tende a levar o turista a formular opinião distorcida acerca dos povos, questionando sua autenticidade, buscando um “nativo puro”.

Grunewald (2001) observa que no turismo étnico geralmente está presente a percepção negativa referente à perda da autenticidade dos povos visitados, para o autor isto decorre do fato de que

o turista tem o paradigma da aculturação como algo que flui infalivelmente em uma única direção. Se soubessem das mudanças conjunturais pelas quais passam os grupos em contato, os turistas os considerariam contextualmente autênticos – afinal, se os nativos têm algo a apresentar, por mais descaracterizado que possa parecer, é

porque existe algum fundamento substantivo que pode tornar concreto o elemento cultural apresentado. (GRUNEWALD, 2001, p.57).

Todas as discussões em torno da “autenticidade” das comunidades indígenas visitadas devem preceder da compreensão de que no contexto atual os povos indígenas possuem diferentes níveis de contato com os não-indígenas. Dito de outra forma, há comunidades em que a presença do universo ocidental é muito forte, em outras nem tanto, há ainda aquela em que não se aceita o contato. Contudo, em nenhum dos casos deve-se julgar sua autenticidade, especialmente por deve-se considerar que a cultura é dinâmica, que as relações e o contato, e muitas vezes, o confronto com outro universo faz surgir características únicas nessas localidades, devendo-se acima de tudo respeitar a forma como os povos se impõem, se reconhecem, se auto-determinam, afinal o que é ser autêntico?

Silva (2007) assinala que embora não se tenha dados sistematizados que evidencie com exatidão o número de atividades turísticas realizadas nas terras indígenas, sabe-se que ela é praticada em inúmeras localidades distribuídas pelo Brasil. Tais afirmações são feitas com base no estudo realizado por um Grupo de Trabalho da FUNAI-DF coordenado pelo referido autor, o qual também evidencia que na maioria das vezes essas atividades ocorrem de forma arbitrária, pois conforme a Legislação Brasileira, as terras indígenas constituem patrimônio da União e são de usufruto exclusivo dos índios, competindo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dentre outras atribuições, o procedimento de regular o ingresso de pessoas nelas. Em tese, o ingresso nas terras indígenas ocorre mediante a autorização por escrito assinada pelo presidente da FUNAI, a qual só pode ser emitida após consentimento prévio das comunidades indígenas através de seus representantes. Contudo, até o presente momento essa autorização só é concedida a instituições que desenvolvem trabalhos sociais, não existindo a permissão para um ingresso com finalidade turística, ainda assim, é possível observar nos últimos anos o surgimento de diversas experiências de exploração de atividades turísticas nas diferentes regiões do país, como já foi citado.

Parece relevante saber como as atividades turísticas chegam às áreas indígenas, ainda, segundo o relatório originado no Grupo de Trabalho conduzido por Silva (2007), as atividades praticadas em terras indígenas se dão ora por iniciativa das próprias comunidades indígenas que as vêem como uma alternativa de renda necessária a sua subsistência, elas também se originam de situações em que as comunidades respondem as pressões de agentes do setor

turístico, interessados em ter a cultura indígena e/ou os recursos de suas terras como atrativo turístico diferenciado. No caso específico do Estado do Amazonas essa tem sido uma prática comumente utilizada pelos chamados hotéis de selva, que motivados pela demanda dos turistas de conhecer os “índios da Amazônia”, firmam “contratos” com comunidades indígenas localizadas em seu entorno.

A intensa pressão junto a FUNAI para a autorização de ingresso para fins turísticos em terras indígenas tem suscitado discussões em torno da regulamentação dessa atividade, assim, seminários, *workshops*, oficinas e grupos de trabalhos são constituídos com o intuito de construir princípios norteadores (critérios, diretrizes, indicadores entre outros) de modo a legitimar a atividade. O cenário atual caracteriza-se pela espera da regulamentação da atividade, enquanto ela não se concretiza, infelizmente verifica-se a condução de práticas aleatórias, muitas vezes carentes de planejamento, e, portanto, sujeitas a impactos negativos.

No Estado do Amazonas as atividades turísticas em áreas indígenas são realizadas em dois contextos específicos. Em menor escala está presente nas **Terras Indígenas**, ou seja, em territórios tradicionais, reconhecidos e homologados pela FUNAI, nas quais a entrada ocorre mediante a autorização oficial do órgão competente. Ocorrendo em maior escala nas **Comunidades Indígenas**, ou seja, em localidades constituídas por indígenas fora de seus territórios tradicionais, a exemplo, pode-se citar as comunidades estruturadas nos centros urbanos ou em seu entorno, as quais tendem a se intensificar na atualidade. Povos indígenas que saem de suas terras motivados por fatores diversos, tendem a reproduzir seus modos de vida tradicional em novos territórios e, com o intuito de viver da cultura, criam grupos de dança, músicas indígenas, fabricam artesanatos e demais artefatos culturais que passam a ser atrativos para a consolidação de atividades turísticas tidas como fonte alternativa de subsistência. Vale assinalar que esse tem sido um mecanismo fortemente adotado pelas comunidades indígenas localizadas no entorno de Manaus, especialmente as situadas no Rio Cuieiras e no Tarumã, conforme aponta dados oriundos do levantamento realizado pela extinta Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI) e da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Na análise de Mauro (2007), as atividades turísticas em **Terras Indígenas**, acrescenta-se aqui nas **Comunidades Indígenas**, podem ser de fato uma atividade capaz de gerar desenvolvimento sustentável para os povos indígenas envolvidos, isto em alguns casos, ou

seja, naqueles onde são observados os princípios apontados pelo Manual Indígena de Ecoturismo (1997, p.53), que estipula que:

a tradição cultural deve prevalecer sobre os interesses do ecoturismo; o ecoturismo deverá levar em conta o grau de contato da sociedade indígena; o ecoturismo deve respeitar e valorizar a cultura local; a comunidade deve participar de todo o processo do ecoturismo em suas terras; cabe à comunidade a gestão do ecoturismo em suas terras; o ecoturismo deve gerar recursos econômicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade indígena; o uso sustentável dos recursos naturais deve ser praticado; o ecoturismo deve ser uma atividade complementar e de apoio às atividades tradicionais e a outros projetos da comunidade.

Pelo exposto verifica-se que a atividade turística alternativa mencionada durante toda a nossa explanação diz respeito ao ecoturismo, o qual refere-se a um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Wearing e Neil (2001), afirmam que o ecoturismo envolve quatro elementos fundamentais, a saber: “noções de movimento ou viagem (a área deve ser o mais natural possível); baseia-se na natureza; induz à conservação; tem papel educativo”. Esses fundamentos priorizam a idéia de mitigar impactos ao meio ambiente e conscientização ambiental. Os princípios básicos que esses autores colocam são vários, tais como: estimular a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano. Entretanto, o que se pode destacar é a busca por tomada de decisões planejadas em todos os segmentos da sociedade, inclusive com o envolvimento das populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos naturais e culturais possam utilizá-los considerando que eles têm uma finitude.

Atividades turísticas na Comunidade Indígena Beija-Flor I

A Comunidade Indígena Beija-Flor I está localizada no município do Rio Preto da Eva-AM, foi fundada na década de 80 por um americano que levou um grupo de indígenas para trabalhar no sítio Beija-Flor comprado com o intuito de criar um espaço para apoiar os indígenas que viviam na cidade (ALMEIDA, 2008). Atualmente é constituído por

representantes de vários povos indígenas (Sateré-Mawé, Marubo, Tukano, Dessana, Tuyuca, Arara, Mura), são 14 famílias, um total de 78 pessoas que hoje vivem na comunidade.

Desde 2006 se organizaram juridicamente por meio da constituição da Associação Etnoambiental Beija-Flor que foi instituída com o propósito de “promover ações de etnodesenvolvimento visando proteger, organizar e estimular saberes tradicionais, práticas culturais, educacionais e relações socioambientais” (Estatuto Associação Etnoambiental Beija-Flor, 2006).

As estratégias de subsistência adotadas pelos indígenas de Beija-Flor I giram em torno de atividades agrícolas, extrativistas e do turismo de base comunitária. Essas atividades são realizadas mediante uma rede de relações estabelecidas pelos indígenas com várias instituições governamentais e não-governamentais, a saber: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Amazonas (SEIND), Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas (SEPROR), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), Conselho Estadual de Desenvolvimento Humano do Amazonas (CDH), Universidade do Estado do Amazonas / Escola Superior de Artes e Turismo (UEA/ESAT), Universidade Federal do Amazonas, Projeto Cartografia Social, Prefeitura Municipal do Rio Preto da Eva, entre outros.

No que concerne especificamente a atividade turística, segundo relatos do líder da comunidade, ela iniciou no ano de 1999, e o marco inicial foi um evento em comemoração ao Dia Nacional do Índio, momento em que foram abertas as portas da comunidade para que as pessoas do próprio município viessem conhecê-la, pois até então viviam distante destes em virtude do preconceito e da discriminação. Conta a liderança indígena da comunidade que um francês ficou sabendo pela televisão da programação, pediu autorização para ver e divulgar para o mundo as atividades que seriam realizadas nos 2 (dois) dias de evento. Desde lá, o interesse de turistas pela comunidade só tem crescido, e ao longo desses anos tem tomado novas dimensões, quando passaram a discutir as diretrizes, ou seja, os elementos norteadores da atividade que realmente desejam consolidar, e que represente uma real alternativa de renda, de manutenção das culturas que representam, bem como que viabilize relações mais respeitadas entre visitantes e visitados, um processo interativo, de troca de conhecimentos.

A atividade turística na referida comunidade apresenta-se de forma incipiente, pouco representativa em termos econômicos, contudo, conforme é posto pelas lideranças indígenas da comunidade, trata-se de uma de suas importantes alternativas de subsistência, não é a única. O turista que deseja pernoitar na comunidade é hospedado na casa dos próprios indígenas. Não existe ainda uma pousada comunitária ou restaurante comunitário, quem a visita insere-se no cotidiano e na vivência peculiar dos moradores da comunidade. Os atrativos são, sobretudo, o modo de vida, a relação com a natureza, as comidas e bebidas típicas indígenas, as danças e músicas tradicionais, o artesanato dentre outros. Com bem assinala uma das lideranças indígenas, ao visitar a comunidade o turista “aprende sobre a importância da preservação da natureza e o respeito à cultura indígena seus costumes, línguas, artesanato, bem como sobre os povos indígenas existentes no Estado do Amazonas” (Fausto Sateré-Mawé), posto que conforme já foi dito representantes de vários povos indígenas vivem em Beija-Flor I.

Atualmente a comunidade está executando um projeto de implementação de trilhas ecológicas, o qual faz parte do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), realizado por meio do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur). Toda a caracterização das trilhas é feita com base nos saberes tradicionais dos povos indígenas que vivem na comunidade, as placas de identificação trazem as iconografias e os grafismos desses povos constituindo um cenário peculiar.

Outro aspecto a ser destacado é a inserção de Beija-Flor I na Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) em junho de 2010. Esse fato proporcionou à comunidade um intercâmbio com outras experiências do Brasil num evento que aconteceu no mesmo mês em Salvador-BA. O processo de seleção reforçou ainda mais a compreensão acerca da prática do turismo de base comunitária realizado na comunidade. Para as lideranças indígenas do local a mesma passa por um novo momento, em que a atividade turística empreendida na comunidade toma novas dimensões e se aproxima cada vez mais de constituir-se uma atividade promotora de autosustentabilidade da comunidade.

É importante destacar que a gestão do turismo acontece de forma comunitária através da Associação Etnoambiental Beija-Flor havendo o envolvimento da comunidade nas atividades desenvolvidas para receber os grupos de visitantes ou turistas. Os benefícios

gerados, seja pela venda de artesanato, hospedagem de turistas, pelas apresentações culturais, dentre outros são divididos em consenso entre o grupo. O monitoramento e avaliação dos princípios são avaliados continuamente nas reuniões comunitárias quando são avaliados os pontos positivos e negativos. Nessas reuniões também são discutidos os “projetos de futuro”, aquilo que desejam realizar na comunidade a médio e longo prazo. Elas também representam um exercício de engajamento dos indígenas jovens para que possam fazer parte das ações que se consubstanciarão nos referidos projetos.

Considerações Finais

Percebe-se que o turismo praticado na Comunidade Indígena Beija-Flor I possui como principal pano de fundo a cultura indígena. A comunidade recebe um número muito elevado de visitantes por ano, porém o número de turistas ainda não é representativo em termos econômicos. Com a Associação Etnoambiental Beija-Flor instituída, a realização de vários projetos estruturais e de qualificação na comunidade acontecendo, a inserção da mesma na Rede Turisol (Rede Nacional de Turismo Solidário e Comunitário) são fatores que auxiliaram a comunidade a aprimorar a organização e articulação em torno do turismo de base comunitária, sem, contudo descaracterizar o seu modo de vida e acima de tudo entendo o turismo como uma alternativa de subsistência, e não a única.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Nova Cartografia Social da Amazônia: Indígenas na cidade de Rio Preto da Eva – Comunidade Indígena Beija-Flor**. Manaus: EDUA/PNCSA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Manual Indígena de Ecoturismo**. Brasília: MMA, 1997.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, I. F. **Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2003.



VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

GRÜNEWALD, R. de A. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

MAURO, V. F. **Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira**. Brasília, 2007. (monografia de especialização).

SILVA, G. **Estudos sobre a realização de Atividades Turísticas nas Terras Indígenas Brasileiras**. Relatório do Grupo de Trabalho/GT-FUNAI-DF, 2007.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri, SP: Manole, 2001.